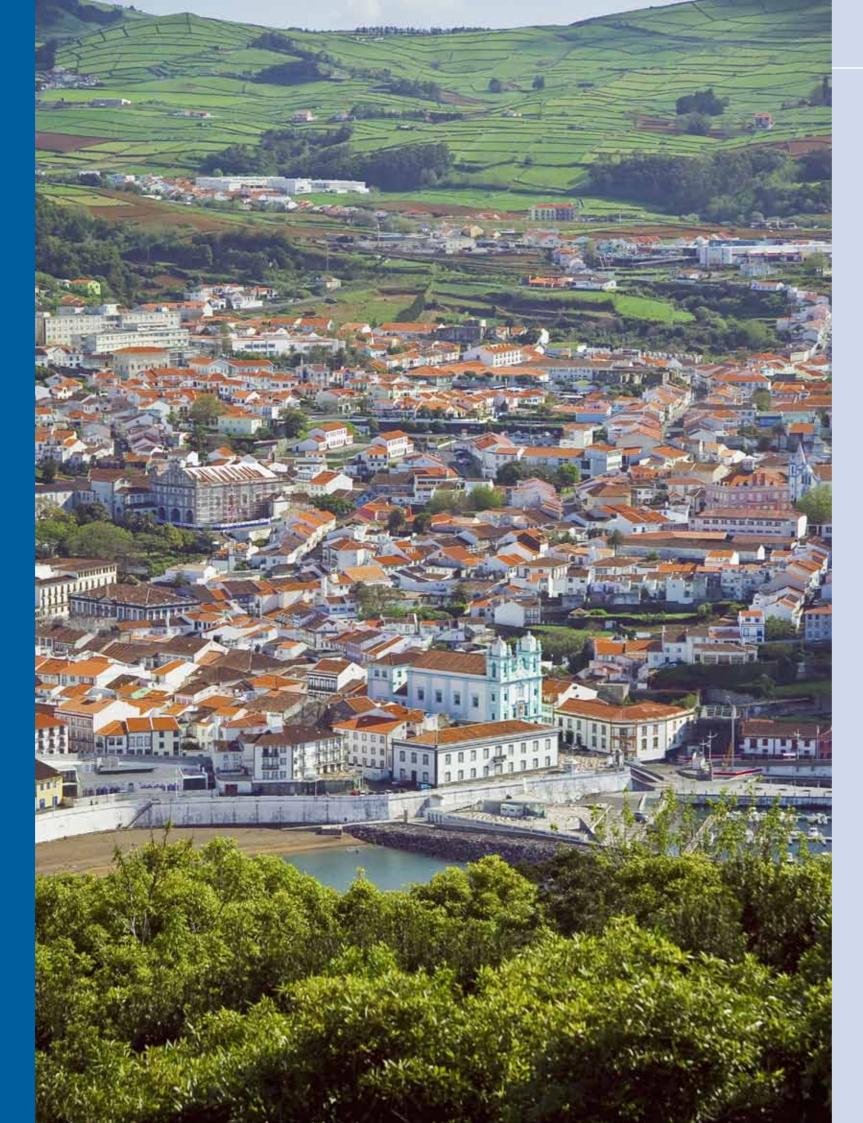
Empreender

economia | negócios | investimentos

1° semestre | 2010



- Uma Política Ambiciosa e de Qualidade para as PME Portuguesas Victor Cardial
- Novas regras no apoio ao financiamento Segunda alteração ao SIDER
- Concurso Regional de Empreendedorismo



ficha técnica

director Arnaldo Machado

coordenação Jorge Pereira

coordenador do espaço GE Paulo Carreiro

Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

design e paginação Bloco d - design e comunicação

impressão Nova Gráfica, Ld.ª

600 exemplares

contactos

Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade Praça Gonçalo Velho Cabral, nº3 9500-063 Ponta Delgada, Portugal Tel: 296 309 100 | Fax: 296 288 491 draic@azores.gov.pt www.azores.gov.pt

periodicidade Semestral

índice



- 3 nota de

aberturaDirector Regional de Apoio ao
Investimento e à Competitividade

4 opinião



Uma Política Ambiciosa e de Qualidade para as PME Portuguesas

Inovação, competitividade e empreendedorismo

Cooperativa António Sérgio para a economia social

Aproveitamento de Recursos Geotérmicos

Gerir uma empresa vocacionada para o turismo activo como a Geo Fun é sinónimo de desafios diários

- 15 espaço GE



Novas regras no apoio ao financiamento. Segunda alteração ao SIDER

Linha de crédito Açores Empresas II

18 notícias



24 estatísticas



Como tenho feito noutras alturas, gostaria de aproveitar a €mpreender do 2.º semestre de 2010 para vos exortar à reflexão. Apesar de todas as dificuldades e desafios, esta altura em que tradicionalmente nos preparamos para alguns momentos de descanso parece-me ideal para, impelidos pelas palavras dos convidados do número 9 da nossa revista, pensarmos e questionarmos os nossos negócios e as opções que se nos apresentam.

O espaço de opinião deste número da €mpreender é aberto por Victor Cardial, Director-Geral do Business Innovation Center Beira Atlântico/Incubadora do Beira Atlântico Parque.

Este executivo afirma que está em curso uma alteração significativa no consumo dos países mais desenvolvidos, que tem como aspecto mais visível a diminuição do crescimento do consumo de bens materiais, resultantes principalmente da substituição de equipamentos envelhecidos. Esta tendência, por não permitir a manutenção das elevadas capacidades produtivas instaladas, continuará a originar o encerramento de unidades industriais e a deslocalização da produção para mercados emergentes e com procuras dinâmicas.

Contudo, Victor Cardial avança que a desmaterialização do consumo representa, por seu lado, "a oportunidade de competir no mercado global de forma mais eficaz e garantir níveis de competitividade e de inovação necessárias a um crescimento económico com aumento do nível de vida, do emprego e da valorização pessoal e colectiva." Aquela desmaterialização continuará a abrir portas em novas áreas de negócio relacionadas com a longevidade, a preservação dos recursos ou o entretenimento.

Afirma ainda que, neste contexto, o papel dos Business Inovation Centers portugueses assenta numa nova visão do empreendedorismo, com uma clara opção pela qualidade dos projectos e dos seus promotores, no estímulo para um posicionamento competitivo nos mercados globais, assente no conhecimento, inovação, tecnologia e capacidade de intervenção no mercado e no assumir de uma estratégia profissional e responsável na promoção do espírito empreendedor

Eduardo Graça, Presidente da recentemente criada Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), explica como este desenvolvimento e ainda a criação, no futuro próximo, do Conselho Nacional para a Economia Social, vão de encontro às preocupações explicitadas em todos os fora nacionais e internacionais que anunciam profundas mudanças na ordem económica e social que desembocarão, inevitavelmente, numa valorização da componente social de todas as politicas prosseguidas na esfera da acção dos Estados e dos espaços supra estatais.

O Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação, ferramenta em evolução constante, surge da consciência, entre outras, que a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação são os principais impulsionadores da competitividade, do crescimento económico e de mais e melhor emprego, contribuindo decisivamente para a riqueza e o bem-estar social. Leia nas páginas da €mpreender alguns pormenores dos projectos em curso no âmbito deste programa, nas palavras de Paulo Menezes, Director Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações.

Carlos Bicudo da Ponte, Administrador Delegado da SOGEO, Sociedade Geotérmica dos Açores S. A., dá-nos a conhecer um pouco mais da sociedade que gere

Desde a primeira experiência em 1980, no rescaldo da crise petrolífera, até aos dias de hoje, saiba como se produz 20% da energia eléctrica regional a partir de recursos geotérmicos.

Na entrevista deste número da €mpreender, saiba ainda o que, passados mais de dez anos sobre a criação da Geo Fun, conduziu Pedro Freire, co-fundador da empresa, do ensino da biologia e geologia às actividades de animação turística e aos segredos das ilhas açorianas.

Bom descanso e bons negócios..

Arnaldo Machado

Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade



VICTOR CARDIAL

Director Geral do Business Innovation Center Beira Atlântico/Incubadora do Beira Atlântico Parque e Presidente da Direcção da BICS - Associação de Centros de Empresa e Inovação Portugueses, e consultor de Gestão Estratégica e de Gestão da Tecnologia e da Inovação. Fez mestrado em Ciências Empresariais pelo ISCTE, especialização em Marketing e Negócios Internacionais e é licenciado em Engenharia Mecânica, ramo Produção pelo IST.

Uma Política Ambiciosa e de Qualidade para as **PME Portuguesas**

Novo Paradigma

Neste início turbulento do Século XXI assistimos a diversas alterações estruturais da sociedade em termos culturais, económicos, financeiros e geopolíticos que afectam de forma muito intensa o nosso modo de vida e as relações económicas e empresariais.

Após um período de grande desenvolvimento das economias ocidentais e do Japão, no período após a II Guerra Mundial até ao início deste Século, têm vindo a suceder-se crises e recessões num ambiente de crescimento anémico.

A mudança de paradigma do consumo nos países mais desenvolvidos será uma das causas mais relevantes deste momento de instabilidade e indefinição que vivemos. Na realidade, a diminuição do crescimento do consumo de bens materiais (basicamente resultantes da substituição de equipamentos envelhecidos) não permite a manutenção das elevadas capacidades produtivas instaladas, dando origem ao encerramento de unidades industriais e à deslocalização da produção para mercados emergentes e com procuras dinâmicas.

Este modelo baseava-se em bens de consumo e de investimento nas áreas da Logística -Transportes (automóvel, avião, ...), Redes (auto-estradas, electricidade, comunicações, água, saneamento,...), Comunicações (telefone, CD, DVD, ...) - da Saúde - Medicamentos (analgésicos, antibióticos, ...), Tecnologias Médicas (operações, próteses, diálise, ...), Tecnologias de Diagnóstico (TAC, ressonância magnética, ...) - e do Conforto - Habitação (habitação própria, escritórios, habitação secundária, ...), Electrodomésticos (televisão, máquina de lavar, frigorífico, micro-ondas, ...) Turismo (hotelaria, restauração, agências de viagens, time-sharing, ...).

A satisfação da grande maioria destas necessidades para uma parcela muito significativa da população, resulta numa economia de substituição não garantindo a manutenção do nível de vida das sociedades desenvolvidas, sendo necessário encontrar outras formas de dinamizar o crescimento.

O novo paradigma de **desmaterialização do consumo** representa a oportunidade de competir no mercado global de forma mais eficaz e garantir níveis de competitividade e de inovação necessárias a um crescimento económico com aumento do nível de vida, do emprego e da valorização pessoal e colectiva.

A Desmaterialização do Consumo consubstancia-se em áreas como a **Longevidade** - Medicina Preventiva e Regenerativa (sensores, marcadores, sistemas de entrega, ...), Produtos e Tratamentos Naturais (termalismo, medicina não invasiva, ...), Beleza e Bem-Estar (cirurgia estética, cosmética, fisioterapia, ...) – a Preservação dos Recursos - Energias Renováveis (solar, eólica, biomassa, ...), Biodiversidade (produtos biológicos, produtos regionais, ...), Conservação (floresta, costa, centros urbanos, água, energia, ...) - e Entretenimento - Indústrias da Cultura (cinema, conhecimento, jogos, ...),

Desporto Lúdico (jogging, golfe, ciclismo, vela, touring, ...), Virtualização (downloads, turismo, redes sociais, informação, ...).

Novas Políticas Públicas

Uma resposta eficaz aos desafios que se nos colocam nestes tempos difíceis, exige uma resposta concertada e orientada pelos Governos, de modo a mobilizar os actores em torno de estratégias comuns onde seja possível atingir a mobilização de vontades e recursos que possibilitem alcançar a massa crítica indispensável a uma alteração da A BICS e os BIC Portugueses estrutura competitiva das nações e das regiões.

Será de realçar, neste domínio, o esforço levado a cabo pelo Governo da República na promoção de Políticas Públicas que visam dinamizar estratégias de eficiência colectiva, indispensáveis ao sucesso da nossa economia num mundo globalizado e cada vez mais competitivo.

Devemos destacar a institucionalização de Clusters, Pólos de Competitividade e PROVERE em sectores e áreas tão diversos como a Saúde. Moda, Agro-alimentar, Energia. Floresta, Tooling, Química, Mobilidade, Produção, TICE, Turismo, Habitat, Agro-industrial (Centro e Ribatejo), Pedra, Mobiliário, Indústrias Criativas, Mar. Vinhos e outros de

Também a União Europeia lançou a iniciativa Europa 2020 que se divide em três objectivos essenciais:

Smart Growth (Innovation Union, Youth on the move, A digital agenda for Europe)

Sustainable Growth (Resource efficient Europe, An industrial policy for the globalisation era)

Inclusive Growth (An agenda for new skill and jobs, European platform against poverty)

A definição estratégica de objectivos para a Economia Portuguesa é, assim, fundamental para a definição de estratégias dos agentes económicos e empresariais e que, dessa forma, concorram para a sua concretização.

Alguns desses objectivos podem ser mais gerais, como crescimento, competitividade e nível tecnológico, mas outros terão de ser mais específicos definindo os nichos onde podemos reforcar a nossa competitividade global, as áreas emergentes em que teremos majores possibilidades de sucesso, quais os mercados e produtos onde podemos alcançar massa crítica relevante para um posicionamento competitivo e a avaliação dos sectores que podem ver reforçada a sua competitividade no mercado global no médio prazo.

Na realidade, Portugal tem uma taxa de criação de empresas das mais elevadas da OCDE, mas tal também se verifica na taxa de mortalidade, revelando a fragilidade das ideias e propostas empresariais que são introduzidas

A conjugação de Politicas Públicas de orientação e enquadramento do processo de adaptação da economia às novas realidades assim como a criação de mecanismos de apoio e de fomento do espírito empresarial e empreendedor que sejam centrados na qualidade das propostas, das equipas e da inovação, é fundamental para

que os desafios e as oportunidades sejam a génese de um país mais competitivo, inovador e solidário.

Finalmente, o problema do financiamento das novas ideias de negócio ou o desenvolvimento das existentes, coloca um problema muito sério ao nosso sistema de inovação, não pela falta de instrumentos, mas sim pela sua característica burocrática e pela falta de dimensão do mercado que põe graves problemas aos investidores que queiram desinvestir num determinado projecto.

A BICS – Associação dos Centros de Empresa e Inovação Portugueses tem vindo a testar políticas de dinamização das PME, da inovação, do empreendedorismo e da tecnologia num ambiente de competitividade global que, em conjunto e sintonia com as Politicas Públicas, garante um elevado potencial de concretização dos objectivos das estratégias nacionais e de cada empresa em particular.

A conjuntura actual conduz a uma rápida reconversão da estrutura económica com impactos muito significativos ao nível do emprego e da competitividade sendo indispensável nova atitude baseada em factores de competitividade sustentáveis, como a inovação e o conhecimento.

Uma nova visão do empreendedorismo com uma clara opção pela qualidade dos projectos e dos seus promotores, o estímulo para um posicionamento competitivo nos mercados globais, assente no conhecimento, inovação, tecnologia e capacidade de intervenção no mercado e o assumir uma estratégia profissional e responsável na promoção do espírito empreendedor, são orientações fundamentais desenvolvidas pelos BIC portugueses na sua acção permanente de promoção do desenvolvimento e da competitividade das empresas e organizações das regiões onde desenvolvem as suas actividades.

A intervenção e a gestão estratégica e em rede dos eco-sistemas regionais de inovação com uma grande abertura e humildade perante todos os actores regionais de inovação, tecnologia e conhecimento, de modo a possibilitar a definição e implementação de políticas

Portugal tem uma taxa de criação de empresas das mais elevadas da OCDE, mas tal também se verifica na taxa de mortalidade, revelando a fragilidade das ideias e propostas empresariais que são introduzidas no mercado

opinião

comuns de desenvolvimento regional, com o objectivo específico de contribuir para o crescimento económico e para a estabilidade social em Portugal e em particular da Região onde cada BIC se integra, através da inovação empresarial e do empreendedorismo, constitui a mais nobre e relevante política da Associação dos Centros de Empresa e Inovação Portugueses.

A BICS pretende, desta forma, envolver as sociedades locais na definição das opções de desenvolvimento fomentando debates de índole regional, através de networking e de sistemas electrónicos de open innovation e oriented innovation e assim:

Consolidar e fortalecer o papel de parceiro, consultor e organismo de implementação das políticas nacionais, regionais e locais de empreendedorismo, inovação, transferência de tecnologia e internacionalização, fundamentalmente no que concerne às PME, novas iniciativas de base tecnológica ou de jovens empreendedores;

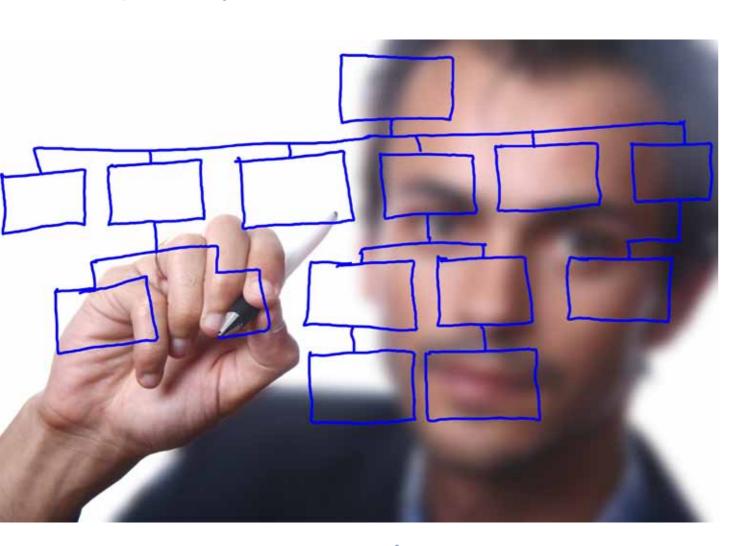
Fortalecer a comunicação e cooperação com as Universidades, Institutos Politécnicos, Centros de Transferência de Tecnologia e Entidades de Apoio às Empresas e aos Empreendedores no sentido de fortalecer as redes regionais de desenvolvimento económico e social, numa perspectiva de sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida e competitividade das regiões.

Políticas de Apoio às PME

No entanto, será indispensável uma avaliação clara do desempenho dos diversos Programas e Estratégias de Eficiência Colectiva, conduzindo a uma hierarquização dos diversos clusters e pólos de competitividade, na base de indicadores objectivos e transparentes, tendo em consideração a sua competitividade relativa e global, assim como as dinâmicas de sucesso e de capacidade de arrastamento das PME.

Desta avaliação deve resultar uma distinção pela positiva dos Pólos de Competitividade e Clusters mais dinâmicos e com maior potencial, nomeadamente da sua capacidade de intervenção nos mercados globais e de mobilização dos parceiros e do impacto sobre a economia nacional das suas estratégias competitivas, das sinergias e da capacidade de dinamização das exportações com maior valor acrescentado

Com a definição de prioridades resultantes desta avaliação será possível definir um conjunto de orientações estratégicas para as PME's que lhes possibilite a selecção de sectores, produtos e mercados prioritários onde investir e dinamizar o desenvolvimento e criação de novas empresas em sectores com elevada dinâmica, aumentando a competitividade global e a massa crítica indispensável a uma presença efectiva nos mercados globalizados.





PAULO MENEZES

Director Regional da Ciência,
Tecnologia e Comunicações
desde Dezembro de 2008,
é licenciado em Engenharia
Electrotécnica pelo Instituto
Superior Técnico. Foi também
Director Regional de Obras
Públicas, Transportes Terrestres
e Comunicações, de 2004 a
2008 e Director Regional de
Transportes e Comunicações, de
1997 a 2004.

Das várias actividades que desenvolve em projectos e organismos públicos, destacase a presidência da Comissão Instaladora do Instituto de Biotecnologia e Biomedicina dos Açores, em 2009.

Inovação, competitividade e empreendedorismo

Hoje, diariamente, fala-se de inovação, empreendedorismo, iniciativas inovadoras, transferência de conhecimento, competitividade, etc.

A Comissão Europeia e os Estados-membros têm vindo a criar medidas que visam estimular os agentes económicos e a comunidade científica de forma a ser possível à Europa ultrapassar os desafios com que o mundo actualmente se depara.

Inovação, competitividade e empreendedorismo são inseparáveis no mundo actual.

O Governo dos Açores tem estado atento às mudanças que têm vindo a ocorrer e, para tal, tem criado condições, nos mais diversos sectores, para que figuemos na linha frente das transformações que se estão a dar.

O Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação, ferramenta em evolução constante, surge da consciência, entre outras, que a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação são os principais impulsionadores da competitividade, do crescimento económico e de mais e melhor emprego, contribuindo decisivamente para a riqueza e o bem-estar social.

A universidade tem um papel fundamental em todo este processo, desde logo pelo seu contributo para a valorização dos recursos humanos nos Açores. Mas há que caminhar gradualmente para o alinhamento da investigação com as necessidades das empresas e dos cidadãos.

Neste sentido o Governo criou condições para estimular esta ligação. No âmbito do PICTI, Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação, existe um Programa de Apoio a Iniciativas de I&D em Contexto Empresarial, que tem os seguintes objectivos gerais:

- a) Promover o estabelecimento de parcerias entre entidades de tipologia e natureza diversas, nomeadamente entre instituições de investigação e empresas regionais:
- b) Apoiar a implementação e o desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas, enquanto agentes de inovação;
- c) Incentivar a transposição dos resultados da investigação científica para o tecido socioeconómico regional;
- d) Apoiar a inserção de recursos humanos qualificados nas empresas;
- e) Estimular o investimento privado na investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação.

Inovação, competitividade e empreendedorismo são inseparáveis no mundo actual.

Actualmente estão em curso alguns projectos no âmbito 3 - Desenvolvimento de Sistema Informático para deste programa. São eles:

1 - Unidade piloto de produção de óleo vegetal a partir de microalgas – uma solução na produção de biocombustíveis

Consórcio: UI&D - Centro de Investigação e Recursos Naturais (CIRN) da U.A. / Empresa: ALGICEL- Biotecnologia e Investigação, Lda

O projecto, pioneiro e inovador na Região, aposta na ligação entre centros de investigação e empresários locais para o cultivo de microalgas com vista à produção de biocombustíveis. O projecto prevê a construção de uma unidade experimental de produção de microalgas que simule a respectiva produção à escala industrial, com vista à posterior produção de óleo vegetal.

2 - MONICET - As empresas e o público ao serviço do conhecimento e conservação dos cetáceos dos

Consórcio: UI&D - Centro de Investigação e Recursos Naturais (CIRN) /Empresas - FUTURISMO, Empresa de Turismo Náutico, Lda. ; Picos de Aventura - Animação e Lazer, Lda; Terra Azul - Animação Turística, Lda

O projecto consiste na implementação e gestão de uma plataforma integrada e cientificamente válida, para compilação, organização, manutenção e tratamento de informação relativa aos avistamentos e às imagens de cetáceos obtidas nos Açores no âmbito das actividades Segundo a definição dada pela Comissão Europeia, a turísticas.

Armazenamento e Partilha de Dados Clínicos

Consórcio: UI&D - Centro de Matemática Aplicada e Tecnologias de Informação (CMATI) / Empresa: Morfose,

O projecto tem como objectivo a criação de uma plataforma tecnológica para o desenvolvimento de um Registo Pessoal de Saúde (RPS) que possibilite uma informação clínica organizada através de uma base de dados clínicos e demográficos, controlado via interface web, que centraliza todas as informações com total segurança e sigilo.

4 - Avaliação do potencial comercial dos ouriçosdo-mar Sphaerechinus granularis e Paracentrotus

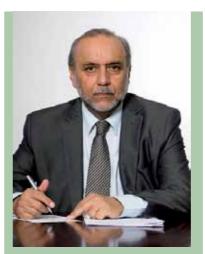
Consórcio: UI&D - Centro IMAR/DOP-UAc / Empresa: SeaExpert - Serviços e Consultadoria na Área das Pescas,

O projecto pretende avaliar o potencial da exploração de duas espécies de ouriços-do-mar nativas nos Açores, através da recolha de informações essenciais à decisão sobre a melhor forma de exploração do recurso.

Tem havido, entretanto, outras manifestações de interesse para o desenvolvimento de novos projectos. As empresas acorianas começam a procurar a Universidade e vice-versa no sentido do desenvolvimento de novos produtos ou da melhoria da produção e comercialização de produtos já

inovação é "a capacidade de pegar em ideias novas e de as converter, melhor e mais rapidamente do que a concorrência, em resultados comerciais, graças à utilização de novos processos, produtos ou serviços"





EDUARDO GRAÇA Presidente da Cooperativa António Sérgio para a Economia

Eduardo Graça, natural de Faro, é licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa. Exerce, desde 19 de Fevereiro de 2010, as funções de Presidente da Direcção da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada.

Cooperativa António Sérgio para a economia social

A Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) é uma organização assente num conceito de parceria entre poder público e organizações privadas, representativas do sector cooperativo e social, conforme a designação consagrada na Constituição da República, que assumiu a forma jurídica de "cooperativa de interesse público", prevista no Código Cooperativo e instituída pelo Decreto-Lei nº 31/84 de 21 de Janeiro.

Nesta fase inaugural a parceria referida foi estabelecida entre o Estado e um conjunto de entidades representativas do sector da economia social: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR; Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL - CONFECOOP; Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL - CONFAGRI; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS: União das Misericórdias Portuguesas – UMP e União das Mutualidades Portuguesas – UMP.

A criação da CASES assim como, no futuro próximo, o Conselho Nacional para a Economia Social (CNES), instituições previstas no programa do governo e consagradas numa recente Resolução do Conselho de Ministros corporizam a previsão da Constituição Portuguesa indo ao encontro das preocupações explicitadas em todos os fora nacionais e internacionais que anunciam profundas mudanças na ordem económica e social que desembocarão, inevitavelmente, numa valorização da componente social de todas as politicas prosseguidas na esfera da acção dos Estados e dos espaços supra estatais.

Qual é a novidade? Desde logo, e não é pouco, a vontade política do governo. consagrada no seu programa, em elevar a economia social ao patamar de importância que lhe é atribuída pela Constituição da República Portuguesa que prevê no seu artigo 82º um sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção que engloba os meios de produção geridos por cooperativas, os comunitários, geridos por comunidades locais, os explorados colectivamente por trabalhadores e os geridos no domínio da solidariedade social por pessoas colectivas sem carácter lucrativo, designadamente entidades mutualistas.

Também a nível da União Europeia se tem vindo a reconhecer, crescentemente, à economia social um importante papel socioeconómico tendo sido lançadas várias iniciativas visando o seu reforço, entre as quais a criação de estatutos supranacionais para as cooperativas, mutualidades e associações.

É disso exemplo recente a Resolução do Parlamento numa perspectiva comparada" de autoria de uma equipa Europeu sobre a Economia Social, de 19 de Fevereiro de 2009, publicada no Jornal Oficial da União Europeia em 25 de Março de 2010, que "sublinha que a economia social, ao aliar rentabilidade e solidariedade, desempenha um papel essencial na economia europeia, criando empregos de elevada qualidade, reforçando a coesão social, económica e regional, gerando capital social, promovendo a cidadania activa, a solidariedade e um tipo de economia com valores democráticos que põe as pessoas em primeiro lugar, para além de apoiar o desenvolvimento sustentável e a inovação social, ambiental e tecnológica."

Não sendo um sector teoricamente fechado, atenta a prática, e a não uniformização dos modelos jurídicos que enquadram a actividade desenvolvida pelas potenciais componentes da economia social, esta apresenta-se hoje com estatísticas iniludíveis quanto ao seu peso social e económico. Em Portugal o "sector não lucrativo" (conceito não plenamente coincidente com o da economia social), com dados de 2002, representa 4,2% do PIB segundo um estudo credível intitulado "O Sector não lucrativo português

coordenada por Raquel Campos Franco.

Em suma, nos nossos dias, deixou de ser possível omitir, ou desvalorizar, o sector da economia social como parceiro de pleno direito na política económica e nas políticas sociais, tornando-se incontornável reconhecer-lhe um papel activo na ultrapassagem da crise económica e social concedendo-lhe a devida atenção nas políticas públicas.

Sabemos que esta organização mergulha as suas raízes numa tradição de trabalho cooperativo e solidário de onde emergem novos desafios, exigindo respostas inovadoras, em cuja construção nos empenharemos contribuindo, sem criar expectativas irrealistas, para abrir um novo capítulo do desenvolvimento da economia social em Portugal.

Em síntese qual o significado deste passo no contexto mais amplo do apoio à valorização da economia social e das suas organizações?

- 1 O governo colocou a economia social na agenda política correspondendo a um desafio lançado pelas instituições europeias. A economia social, solidária, ou "terceiro sector" é chamada a desempenhar um papel central nas políticas públicas deixando de ser um sector, em regra, considerado pelo Estado como meramente complementar das funções desempenhadas pelos sectores privado e público;
- 2 Abre-se o caminho para que o Estado deixe de se assumir como Estado-tutela passando a assumir-se como Estado-parceiro o que representa uma mudança profunda no seu posicionamento face à sociedade civil e às suas organizações representativas. Trata-se, no caso desta Cooperativa, quer do ponto de vista do Estado quer do das organizações que a integram, da assumpção de um modelo de organização que ensaia a aplicação de um novo conceito no qual se fundem as tradições, interesses e concepções inerentes à esfera de acção do Estado e das organizações da economia

Pode parecer um pequeno passo. Mas é uma inovação significativa em resposta ao fracasso da ideologia neoliberal, correspondendo às tendências actuais que exigem que as organizações da economia social se reagrupem ultrapassando o território restrito das suas actividades sectoriais, partilhando os seus objectivos com os poderes públicos em espaços comuns de reflexão, regulação e

É este o caminho que estamos a trilhar com a criação da Cooperativa António Sérgio sendo ela própria um projecto ao serviço da modernização e desenvolvimento do sector.



CARLOS BICUDO DA PONTE

Licenciado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa e pós-graduado em **Utility Management pela** Universdade de Dublin, Irlanda. exerce actualmente o cargo de Administrador Delegado da SOGEO, Sociedade Geotérmica dos Açores S. A.

Aproveitamento de Recursos **Geotérmicos**

A paisagem das ilhas açorianas é marcada pela presença de cones vulcânicos, pela ocorrência de nascentes termais e de fumarolas, testemunhos inequívocos da sua origem e formação. As nascentes termais e as fumarolas são a expressão viva da libertação do calor disponível no interior da Terra que os açorianos, ao longo dos tempos, têm aproveitado em termas ou em outros usos directos dos quais se destaca a confecção do famoso cozido das caldeiras. Assim, o Homem Açoriano que ao longo da história viveu momentos difíceis em consequência de violentas manifestações vulcânicas e telúricas, usando do seu activo espírito empreendedor, inicialmente aproveitou de forma directa o calor geotérmico que brotava de forma mais intensa à superfície da terra, nos tempos modernos e de forma tecnicamente mais avançada aproveita-o para a produção de electricidade.

Neste contexto, em consequência da primeira crise petrolífera, no seio do Governo Regional dos Açores e por sua aposta, surgem as primeiras actividades de prospecção de recursos geotérmicos que culminaram com a construção da Central Geotérmica Piloto de Pico Vermelho em 1980, numa condição experimental com os propósitos de conhecer a capacidade de produção do reservatório da Ribeira Grande, testar e dominar a exploração das tecnologias associadas à produção de electricidade.

Mais tarde, com a continuação do desenvolvimento dos trabalhos e em consequência do melhor conhecimento do campo geotérmico foi decidida a construção de uma central para exploração em regime industrial do recurso geotérmico, objectivo que foi confiado primeiro ao Consórcio Geotérmico e depois à SOGEO, Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A.

A SOGEO foi fundada em Abril de 1990 com a missão da captação e transformação do calor geotérmico em energia eléctrica e dar prosseguimento à construção duma Central no sector Cachaço Lombadas do campo geotérmico da Ribeira Grande, contando com um poço de poço geotérmico de produção - CL1 - já executado. Assim, a Central Geotérmica da Ribeira Grande foi construída em duas fases, a Fase A - 5MW, cuja entrada em exploração se verifica em Março de 1994, e a Fase B – 8 MW, contando com a produção dos poços CL 1, 2, 3, 5 produziu em 2001, 105 GWh, representando nesse ano mais do que um terço na estrutura de produção da Ilha de S. Miguel.

Actualmente, a SOGEO explora dois aproveitamentos no Campo Geotérmico da Ribeira Grande: a Central Geotérmica da Ribeira Grande (13MW), alimentada por cinco poços de produção e um de injecção e a Central Geotérmica do Pico Vermelho - 10MW, esta última, que foi construída em seguimento da desactivação da Central Piloto, dispõe de cinco poços de produção e dois de injecção.



A contribuição da produção de energia eléctrica a partir de uma nova central. Este plano de investimento ascendeu de recursos geotérmicos no arquipélago é bastante a um montante de15M€. expressiva, uma vez que os 163 GWh produzidos no ano de 2009, representaram cerca de 20% do total da produção regional. É de realçar que, cerca de 37% da produção de energia eléctrica, na ilha de S. Miguel, tem origem geotérmica.

esforço de investimento na última década que atinge o montante de cerca de 60M€, dispondo de uma tarifa de venda competitiva em relação ao custo de produção da alternativa disponível assente nos derivados do petróleo, suportou a realização de uma facturação de 14,7M€ e proporcionou um resultado líquido positivo de 5,49M€, relativamente ao ano de 2009. Ainda acerca desse ano, destacam-se alguns indicadores a saber, VAB/trabalhador: 383m€, Cash-flow: 11,3M€, Autonomia Financeira: 48%, os quais revelam de forma inequívoca a robustez da sua condição económico-financeira.

Visando maximizar a penetração da energia geotérmica, a SOGEO concluiu em Marco passado a maior campanha de execução de poços geotérmicos profundos executados nos Açores compreendendo a execução de três poços de produção e três de injecção no campo geotérmico da Ribeira Grande. Os poços executados permitirão o desenvolvimento dos seguintes projectos: (i) poço CL7, saturar a potência instalada na Central Geotérmica da Ribeira Grande; (ii) três poços no sector do Pico Vermelho que aumentarão a capacidade de injecção do fluido no reservatório visando a expansão da Central Geotérmica do Pico Vermelho em mais 10MW: (iii) dois pocos de avaliação. em execução no sector das Caldeiras que, em caso de sucesso, proporcionarão a possibilidade de implantação

O sucesso da SOGEO assenta na actividade da sua motivada e laboriosa equipa técnica que assegura as actividades de exploração corrente e de investimento, no plano de investimento que realizou, nas condições que reuniu de acesso às tecnologias de construção, A actual capacidade produtiva foi assegurada por um na operação e manutenção de poços geotérmicos e centrais, capitalizando os elementos da referida equipa as correspondentes competências, condição essencial para prosseguir os projectos futuros de expansão de aproveitamento de recursos geotérmicos.

> Das competências adquiridas, duas áreas de negócio foram estabelecidas para a prestação de serviços, uma de consultoria de desenvolvimento de projectos geotérmicos, outra na execução de sondagens para a captação subterrânea de água para abastecimento público, usando a sonda adquirida para apoio à manutenção dos poços geotérmicos em exploração. Estas valências geraram receitas em 2009 num montante de 671 mil euros.

> A SOGEO é hoje uma empresa consolidada do ponto de vista económico-financeiro, fruto do bom desempenho técnico da exploração das suas centrais, geridas e operadas por equipas empenhadas e competentes, produzindo electricidade a partir do calor geotérmico de forma competitiva face à alternativa disponível assente nos derivados do petróleo, contribuindo de modo determinante para a diversificação das fontes primárias de energia, para a autonomia e a segurança do abastecimento tendo em vista a satisfação das necessidades energéticas





PEDRO FREIRE Co-fundador da Geo Fun

Pedro Freire: de professor a empresário

Gerir uma empresa vocacionada para o turismo activo como a Geo Fun é sinónimo de desafios diários

Criada em 2004, a Geo Fun é uma sociedade fundada por dois amigos, Pedro Freire e Rui Ámen, que desde 1992 começaram a explorar o vasto património biológico e geológico dos Açores. Em entrevista à €mpreender Pedro Freire falou-nos sobre esta iniciativa empreendedora vocacionada para o turismo activo, com serviços que vão desde os passeios pedestres até à canoagem, passando pelo todo-o-terreno.

Com guias especializados, procurando explicar todos os detalhes da paisagem envolvente, a Geo Fun é o resultado de uma exigência cada vez maior de quem visita os Açores. Foi essa mesma exigência na busca dos segredos das ilhas que fez com que Pedro Freire permanecesse e criasse uma empresa em São Miguel. Sonho que não fazia parte do seu imaginário enquanto estudante.

Professor de Ciências era como se via quando pensava no futuro. No entanto, a primeira experiência como quia de natureza levou-o para outros caminhos: "tive a primeira experiência de guia de natureza muito cedo, na guinta da Queimada no Nordeste, onde, impulsionado pela proprietária da altura, eu e alguns colegas, participámos nesta visão de turismo interpretativo".

Natural do Porto, veio para São Miguel, em 1992, para ingressar na Universidade dos Açores no curso Biologia/Geologia (Ensino) onde viveu com intensidade a vida académica, tendo feito parte do movimento associativo e cultural daquela instituição.

Quando acabou o curso, o contexto económico era um pouco diferente do actual. Chegou a dar aulas durante alguns anos, mas a decisão de ficar na ilha de São Miguel, fez com que a carreira de professor ficasse para trás.

Pedro Freire recorda que, na altura, conjuntamente com o seu sócio, amigo e colega desde o tempo da Universidade, trabalhava a tempo parcial para empresas que organizavam semanalmente um a dois passeios pedestres por semana. Oferta que para muitos turistas, não era suficiente. É em resposta a essas solicitações - mais actividades ao ar livre - que nasce a Geo Fun em 2004.

"Seria possível organizar diariamente passeios pedestres, actividades ligadas à observação de aves ou interpretação geológica para um nicho tão pequeno? Este era e continua a ser o maior desafio da empresa"

Gerir uma empresa vocacionada para o turismo activo como a Geo Fun é sinónimo de desafios diários: "começámos por ser nós os dois a fazer todas as actividades, mas rapidamente tivemos a necessidade de contratar vários colaboradores. Hoje somos 5 pessoas, e nos meses de época alta 8 pessoas, excluindo free lancers que costumam trabalhar connosco".

Pedro Freire refere mesmo que até a formação de quem está à frente da empresa representa um desafio. "Se por um lado uma formação mais operacional nos ajuda – Turismo de Natureza – por outro, foi e é uma grande dificuldade usar 'mangas-de-alpaca'. A contabilidade é uma parte fundamental da gestão da empresa, tal como os próprios modelos de gestão adequados à geografia e ao tipo de empresa. Os recursos humanos, as obrigações fiscais e sociais, o financiamento e a fiscalização ou a falta dela são também lutas constantes".

É, no entanto, a nível operacional fora de São Miguel que Pedro Freire diz que as coisas se complicam. Os custos nas outras ilhas podem ser o dobro dos de São Miguel. Cenário só ultrapassável, no seu entender, se houver uma forte aposta na profissionalização dos serviços oferecidos nas outras ilhas, por forma a aumentar não só a competitividade, mas também a qualidade dos serviços.

Passados 10 anos a Geo Fun é uma empresa que funciona em full time, 365 dias por ano. O segredo do sucesso desta empresa está, segundo Pedro Freire, na formação dos colaboradores, nos itinerários, no estilo, no tipo de entretenimento e naturalmente na interpretação temática impressa nos circuitos que a empresa tem para oferecer.

"Primamos por ser prontos e eficazes em todas as operações que fazemos, os operadores com quem trabalhamos sabem-no, e têm consideração a essa mais-valia".

Questionado sobre o facto da actual crise económica estar a fazer-se sentir ao nível dos fluxos turísticos, Pedro Freire adiantou não se poder falar em promoção de um destino sem antes sermos bem servidos na oferta de voos domésticos, inter-ilhas e internacionais. Na sua opinião, para aumentar a massa crítica nas ruas das cidades e vilas açorianas há que tornar as ligações aéreas mais baratas.

"Mais e novos negócios se instalariam para servir quem nos visita mas também chamar novos operadores, que até agora se têm arredado. Naturalmente que a concorrência iria aumentar. O mercado falaria por si. Acredito que rapidamente se ajustaria".

Refere, igualmente, que os preços dos serviços também precisam ser mais competitivos e se em São Miguel já não há muita margem, "temos que ser mais competitivos nas outras ilhas, para podermos vender os Açores como um pacote".

Tentando olhar para o futuro Pedro Freire diz que este é "incerto desde o primeiro dia da empresa. Suponho que será sempre assim". Tem, no entanto, confiança na capacidade e no nome da Geo Fun. Um potencial que, refere, "faz com que tenhamos perspectivas de investimento na área do turismo em geral e animação turística em particular".

Revolucionar alguns segmentos e abranger todas as áreas de turismo de natureza incluindo a marítima serão os próximos passos da Geo Fun.

Quanto à dificuldade que o mercado pode imprimir em novos produtos/serviços, Pedro Freire refere que presentemente os investidores estão mais do que nunca alerta para boas ideias. Na sua opinião, as empresas têm hoje maneira de se projectarem além fronteiras mas, "uma boa ideia não basta...".

Ao definir-se como uma pessoa empreendedora Pedro Freire deixa transparecer que, na sua opinião, ser empreendedor é acreditar em si próprio, acreditar no produto que se desenvolve, ter iniciativa, dinamismo, coragem, imaginação e finalmente muita resistência e espírito de sacrifício.

Para o nosso entrevistado ser empreendedor nos Açores é difícil como também o é em todo o país e em todo lado. "A burocracia já não é tão estranguladora. Mas o facto de ser uma região pequena e geograficamente segmentada, tornam os Açores um mercado difícil de investir. Os custos são os mesmos ou superiores que em outras regiões do país para uma receita sujeita sempre a um limite que não é definido pelo mercado" – disse.



Animação Turística, Lda.



Espaço GE

No Espaço Gabinete do Empreendedor encontrará artigos relevantes para empreendedores e empresas, com informações que poderão fazer a diferença, seja na hora de entrar no mundo dos negócios, seja no dia-a-dia da gestão da sua empresa.

Gostaria de ver desenvolvido nesta secção algum assunto relevante? Envie-nos um e-mail para draic@azores.gov.pt

A rede de Gabinetes do Empreendedor é constituída por oito gabinetes que proporcionam um atendimento personalizado e especializado a empresas e empreendedores. Consulte o Gabinete do Empreendedor mais próximo de si para esclarecer dúvidas ou obter informação sobre questões inseridas no ciclo de vida da empresa.

GE São Miguel

Praça Gonçalo Velho Cabral, 3 9500-063 Ponta Delgada Tel: 296 309 774/296 309 100 Fax: 296 281 088 e-mail: ge.saomiguel@azores.gov.pt

GE Santa Maria

Rua Dr. Luís Bettencourt, 92 9580-529 Vila do Porto, Apt. 109 Tel: 296 883 180 Fax: 296 883 181 e-mail: ge.santamaria@azores.gov.pt

GE Faial

Rua Ernesto Rebelo, nº 14 9900-112 Horta Tel: 292 200 534/292 200 500 Fax: 292 200 533 e-mail: ge.faial@azores.gov.pt

GE Pico

Rua Capitão-Mor Garcia Gonçalves Madruga, 21 9930-129 Lajes do Pico Tel: 292679841 Fax: 292679844 e-mail: ge.pico@azores.gov.pt

GE Terceira

Rua Direita, 72 9700-066 Angra do Heroísmo Tel/Fax: 295 216 054 e-mail: ge.terceira@azores.gov.pt

GE Graciosa

Rua do Castilho, 9 9880-355 Santa Cruz da Graciosa Tel: 295 712 711 Fax: 295 732 446 e-mail: ge.graciosa@azores.gov.pt

GE São Jorge

Rua da Gruta, s/n 9800-533 Velas de São Jorge Tel/Fax: 295 432 048 e-mail: ge.saojorge@azores.gov.pt

GE Flores

Rua Dr. Armas da Silveira, 1 9970-331 Santa Cruz das Flores Tel/Fax: 292 592 846 e-mail: ge.flores@azores.gov.pt

Novas regras no apoio ao financiamento Segunda alteração ao **SIDER**

Às empresas açorianas são apresentados diariamente de pagamento e de concessão de adiantamentos, novos desafios decorrentes da globalização rápida, da evolução tecnológica e dos novos modelos de gestão e de produção.

Para as assistir no processo de mudança que devem necessariamente encetar, foi criado em 2007 o SIDER -Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Acores, que se assume como um instrumento com uma importância fundamental, seja pela dinamização do investimento privado, seja criando as condições para o surgimento de uma estrutura empresarial mais sólida e promovendo o reforço da base produtiva.

A partir de 2008, as nossas empresas passaram a enfrentar ainda as dificuldades resultantes do período economicamente conturbado que ainda se faz sentir à escala mundial. No final de 2008 e no início de 2009, foi concertado um conjunto de medidas que visava, por um lado, mitigar o impacto negativo para as famílias e empresas do que estava a acontecer e por outro, introduzir liquidez na economia regional.

Assim, na sua primeira alteração, foram introduzidas regras no SIDER destinadas a facilitar a análise e o pagamento dos incentivos, através dos mecanismos de antecipação

promovendo-se deste modo um menor esforço financeiro dos promotores na realização dos investimentos.

Em Março deste ano, a Assembleia Legislativa Regional aprovou nova modificação a este sistema de incentivos, introduzindo alterações que visam facilitar aos empresários acorianos as condições de acesso ao SIDER.

Assim, a autonomia financeira mínima exigida às empresas existentes, que desejem candidatar investimentos ao SIDER, foi reduzida de 25% para 15%.

No que concerne aos projectos, o financiamento por capitais próprios foi fixado em 20%, cinco pontos percentuais abaixo do anterior limite e o prazo para realização do investimento foi aumentado em um ano, passando agora a totalizar três anos.

No âmbito das despesas elegíveis, são agora aceites aquelas que decorrem da obtenção de garantias bancárias exigidas ao promotor.

Na sequência destas alterações, foi desenvolvido um processo de reformulação dos regulamentos das quatro medidas de apoio que compõem o SIDER. Estes documentos foram todos publicados na primeira quinzena de Junho.



Sistema de incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores

Linha de crédito Açores **Empresas II**

Foi publicada no passado dia 19 de Maio a Resolução do data do contrato celebrado com o beneficiário. Conselho de Governo n.º 74/2010, que criou a Linha de Crédito Açores Empresas II. Com um valor global de 60 milhões de euros, esta Linha de crédito visa permitir às empresas fornecedoras de bens ou serviços, com sede na Região Autónoma dos Açores e com créditos sobre empresas. os municípios da Região Autónoma dos Açores ou sobre as empresas municipais, com facturas emitidas até 15 de Maio de 2010, obter a liquidação desses créditos em condições de maior flexibilidade e celeridade e com o menor custo possível.

O apoio concedido pela Região Autónoma dos Açores consiste no pagamento do spread, que acresce ao indexante, cujo valor máximo é de 3,5%, sendo que o compulsórias ou outras emergentes do incumprimento indexante que recai sobre as operações de financiamento pontual. é liquidado pela Câmara Municipal ou Empresa Municipal. O prazo máximo do apoio é de 2 anos contados a partir da Empresas II é gerida pela Ilhas de Valor, SA.

O montante máximo de financiamento por beneficiário em cada Município ou respectiva Empresa Municipal é de até 75 mil euros, para micro empresas, até 150 mil euros, para pequenas empresas e até 500 mil euros, para médias

O prazo de vigência da Açores Investe II, para efeitos de candidaturas, é de 90 dias seguidos, podendo ser extensível por decisão do membro do Governo dos Açores com competência em matéria de finanças.

Ao abrigo desta Linha não são elegíveis operações de financiamento destinadas ao pagamento de juros, indemnizações por mora, sanções pecuniárias

À semelhança de outras linhas similares, a Açores





Concurso Regional de Empreendedorismo

De 15 de Abril a 31 de Julho encontram-se abertas as candidaturas ao Concurso Regional de Empreendedorismo. Uma iniciativa da Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade destinada a jovens cujas idades estejam compreendidas entre os 18 e os 35 anos.

Realizado pela primeira vez em 2006. o Concurso Regional de Empreendedorismo (CRE) tem como objectivo estimular a capacidade criativa dos jovens residentes nos Açores, portadores de ideias de negócio inovadoras, sustentadas em planos de negócio exequíveis, que respondam a necessidades do mercado e possam consubstanciar de forma coerente estratégias empresariais.

Presentemente na 5ª edição, o CRE 2010 procura apelar à participação dos jovens na actividade económica açoriana. Em 2009 foram apresentadas 32 candidaturas, 27 da ilha de São Miguel, duas da Terceira e uma das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Pico. Já em 2008 deram entrada 22 candidaturas e 20 na edição de 2007.

Os três primeiros lugares recebem como prémios as quantias de €5.000, €4.000 e € 3.500, respectivamente. Existe, ainda, um prémio suplementar de €5.000, a integrar no capital social das empresas a criar, caso pretendam realizar os negócios propostos a concurso nos seis meses subsequentes à data de realização da Gala do Empreendedor.

Os projectos apresentados a concurso são analisados por um júri constituído por representantes da Universidade dos Açores, Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, Direcção Regional do Trabalho, Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor e da Direcção Regional da Ciência, Tecnologia e Comunicações.

projectos e as equipas a concurso, é igualmente realizada, até 15 de Dezembro, uma Gala do Empreendedor, que constituirá, à semelhança dos anos anteriores, a cerimónia pública de entrega dos prémios do Concurso Regional de Empreendedorismo. Este evento, além de proporcionar o reconhecimento público dos projectos e equipas a concurso, funciona também como uma montra e um instrumento de do CRE.

E porque é importante dar a conhecer publicamente os aproximação entre os diversos actores intervenientes no contexto do empreendedorismo, desde logo os candidatos ao CRE, mas também as entidades financiadoras de projectos de investimento, as associações empresariais e instituições ligadas ao sistema de ensino.

Leia abaixo quem foram os premiados nas anteriores edições



Qualidade, Crescimento e Desenvolvimento Económico

As "organizações que não apostem de forma estratégica na qualidade não estarão, seguramente, preparadas para actuarem e vencerem no futuro". Esta afirmação foi proferida por Arnaldo Machado, Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, na abertura do seminário Qualidade, Desenvolvimento e Crescimento Económico, que decorreu em Ponta Delgada, no auditório do LREC, no dia 26 de Abril.



Com este evento, organizado pela Secretaria Regional da Economia, em colaboração com o Instituto Português da Qualidade, pretendeuse promover a qualidade, enquanto factor estratégico de competitividade. Este evento possibilitou ainda os instrumentos de apoio à qualidade disponíveis.

Arnaldo Machado reforçou também a ideia de que uma política para a qualidade "não pode nunca ser encarada como um custo para as organizações", devendo antes ser vista como "um importante instrumento de gestão e uma componente insubstituível de toda a acção de mudança"

nível de competitividade exigido pelo espaço económico em que estamos de inovação, sofisticação de gestão, perspectivar as políticas públicas e recursos humanos especializados, tecnologias adequadas às exigências actuais e produtos de alta qualidade".

> Aquele responsável afirmando que "uma cultura para a qualidade é uma exigência do nosso desenvolvimento".

Este seminário, que contou com a presença de inúmeros participantes, foi desenvolvido em cinco painéis. No primeiro painel foi efectuado

Na opinião do Director Regional, o um enquadramento global sobre o Sistema Nacional da Qualidade bem como os instrumentos de inseridos requer que as empresas apoio existentes, para além de se "facam uma opção decisiva pela ter abordado o ponto de situação da qualidade, integrando capacidade Estratégia Regional para a Qualidade. Neste painel intervieram o Presidente do Instituto Português da Qualidade, o Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade e o Prof. Pedro Saraiva, da Universidade de Coimbra.

> Os três painéis seguintes abordaram áreas técnicas de carácter mais específico, desde a Metrologia Legal, a Normalização e o papel da Regulamentação, sendo matérias pertinentes de interesse para as empresas como a Directiva Máguinas, a Normalização e os Sistemas de Gestão de Energia e a Marcação CE.

O último painel foi dedicado às empresas, devendo estas, através de sua experiência e enquanto entidades certificadas, evidenciar as vantagens da aplicação de sistemas de gestão de qualidade nas suas organizações. Intervieram neste painel representantes das empresas SATA e Finançor.

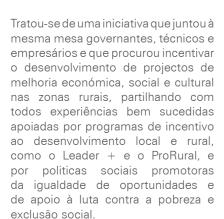
No encerramento do seminário, procedeu-se à cerimónia de entrega de diplomas do curso "Experimentadores Metrologistas", realizado nos Açores pelo Instituto Português da Qualidade em colaboração com a Secretaria Regional da Economia.



Igualdade de Oportunidades em Meio Rural

Vamos empreender em meio rural

Com o objectivo de promover a discussão de questões que afectam o desenvolvimento local e os actores que nele actuam e intervêm, a cooperativa Cresaçor com o apoio do Governo dos Açores, promoveu no passado dia 24 de Maio um seminário intitulado "Igualdade de Oportunidades em Meio Rural".



As intervenções proferidas salientaram, em especial, a referência ao

facto de a flexibilidade ser uma das o desenvolvimento de projectos características do empreendedor e que todas as pessoas nascem com capacidades empreendedoras cujo potencial importa aproveitar.

A agricultura biológica, a própria agricultura, a floricultura, a confecção de compotas e doces tradicionais, o artesanato e as artes artesanais, os restaurantes típicos e o turismo constituíram exemplos de possíveis projectos que podem vingar no meio rural e nos quais as pessoas devem continuar a apostar.

A principal conclusão deste evento é que se torna fundamental incentivar



empresariais em zonas rurais como medidas potenciadoras não só da igualdade de oportunidades mas também de alavanca económica para um melhor futuro.

Uma aposta que poderá ser efectuada procurando apoios no ProRural, em especial, o Eixo 3, Medida 3.1.2 Criação e Desenvolvimento de Microempresas, que tem por objectivo promover condições para a criação e desenvolvimento de iniciativas empresariais - social, económica e ambientalmente sustentáveis - nas zonas rurais.

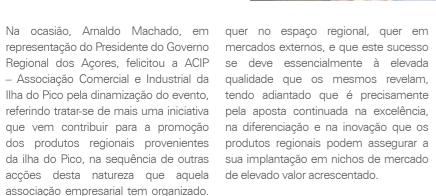
Pico invites Lisboa 2010

Decorreu na Loja Açores, em Lisboa, na noite do dia 28 de Maio, e no Espaço Açores, também na capital, no final da manhã do dia seguinte, a mostra promocional da ilha do Pico intitulada "Pico invites Lisboa 2010".

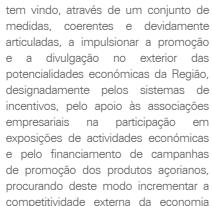
Acrescentou que os produtos do Pico

têm vindo a evidenciar uma crescente

aceitação junto dos consumidores,



O Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade referiu ainda que o Governo dos Açores





1.º Encontro Nacional de BIC

A 23 e 24 de Abril decorreu no Funchal o 1.º Encontro Nacional de BIC - Businnes Innovation Centres.

Os Businnes Innovation Centres têm como objectivo potenciar o desenvolvimento económico e o emprego de uma região, mobilizando de forma optimizada os recursos humanos, materiais e financeiros locais, com vista a criar novas actividades capazes de gerar de forma duradoura valor acrescentado. De modo a atingirem aqueles objectivos, os BIC integram, entre outras, entidades como universidades, organismos de desenvolvimento regional, instituições financeiras, associações industriais e câmaras de comércio e indústria, centros tecnológicos e incubadoras, parques científicos e tecnológicos. O conceito BIC foi lançado pela Comissão Europeia em 1984, sendo a EBN — European Business and Innovation Network a entidade responsável pela coordenação dos mais de 160 BIC existentes nos 25 países da União Europeia.

O 1.º Encontro Nacional de BIC demonstrou de forma inequívoca que estas organizações contribuem para o estímulo das economias locais em áreas com potencial baseado no conhecimento intensivo. A sua finalidade é adaptar e preparar os recursos humanos, físicos e financeiros a fim de reforcar o sector empresarial, particularmente as PME que são fontes de inovação e avanço tecnológico.

A designação BIC é uma marca, um selo de qualidade, que pode ser atribuído a um conjunto alargado de entidades, desde que cumpram os exigentes requisitos estabelecidos pela EBN. O funcionamento em rede, quer ao nível nacional quer internacional. facilita a troca de experiências e de boas práticas, acelerando a fase de aprendizagem inicial.

A construção de um ecossistema favorável ao empreendedorismo, de uma maneira geral e, em especial, o de base tecnológica, pelo valor acrescentado que produz e pela ligação entre Universidade, Centros de Investigação e Empresas, influencia

fortemente o desenvolvimento de uma cultura empreendedora. A necessidade de empreendedores e de inovação nas empresas apresentase hoje como um dado incontornável para o crescimento económico das regiões. Neste sentido, o contributo para o desenvolvimento de um ecossistema favorável ao empreendedorismo que um Businnes Innovation Centre pode, a nível regional, aportar é inquestionável.

Compreendendo a importância deste tipo de estrutura para o desenvolvimento regional, o Governo dos Açores, através das Secretarias Regionais da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e da Economia, está a desenvolver um projecto de criação de um Business Innovation Centre nos Acores (BIC Acores).

Com este propósito, deslocaram-se ao Funchal, a convite da organização do 1.º Encontro Nacional de BIC. o Director Regional da Ciência. Tecnologia e Comunicações, Paulo Menezes, e o Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, Arnaldo Machado.

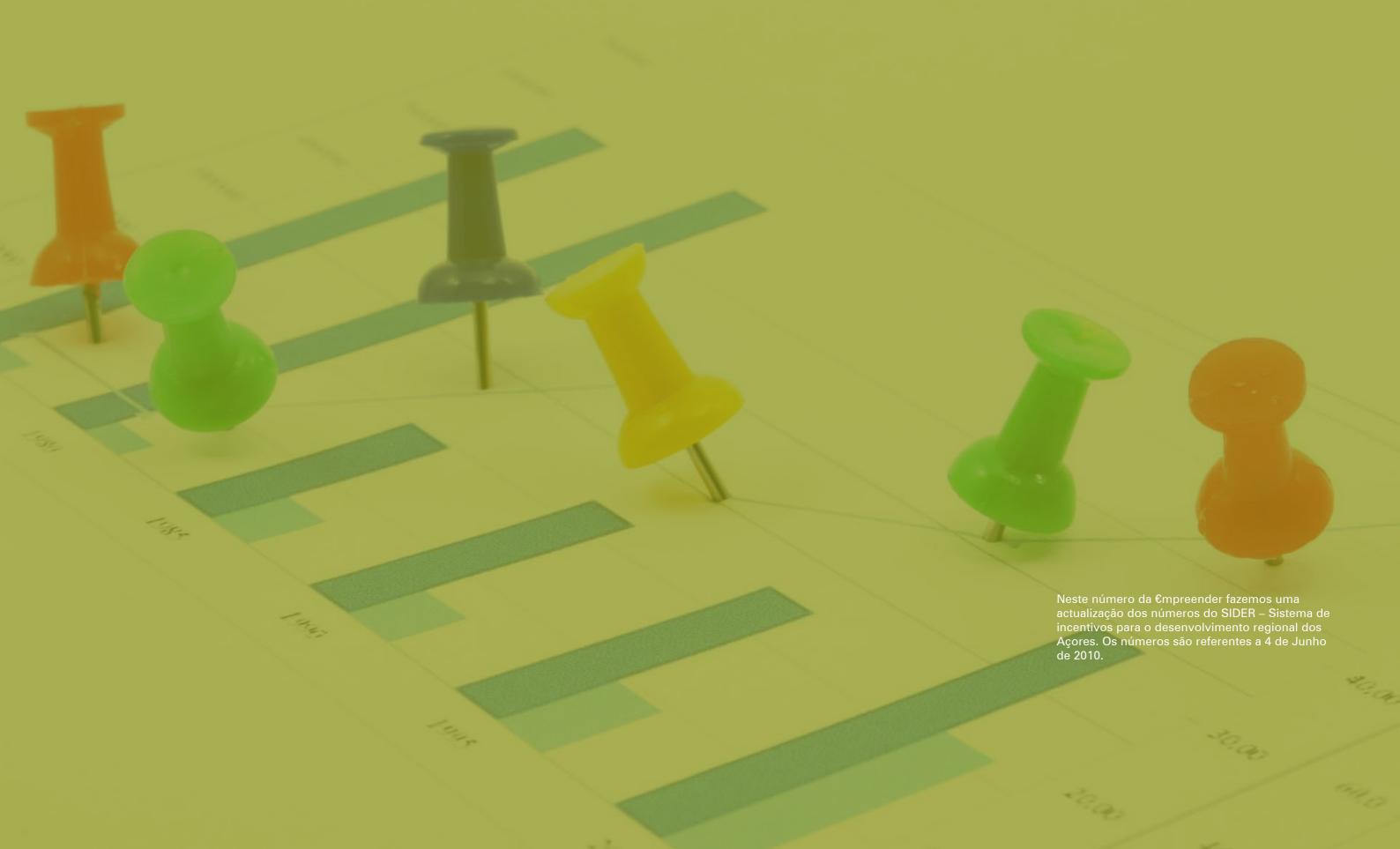


Sessões de esclarecimento SIDER

A última alteração ao SIDER - Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores deu o mote para três encontros realizados nas ilhas de Santa Maria, Graciosa e Pico.

As sessões que decorreram no dia 5 de Abril, no Graciosa Hotel otel, no dia 30 de Abril, no Hotel Colombo, em Vila do Porto e no dia 29 de Junho na Escola Cardeal Costa Nunes, na Madalena do Pico, contaram com a presença de várias empresas e outros interessados.

Estatísticas



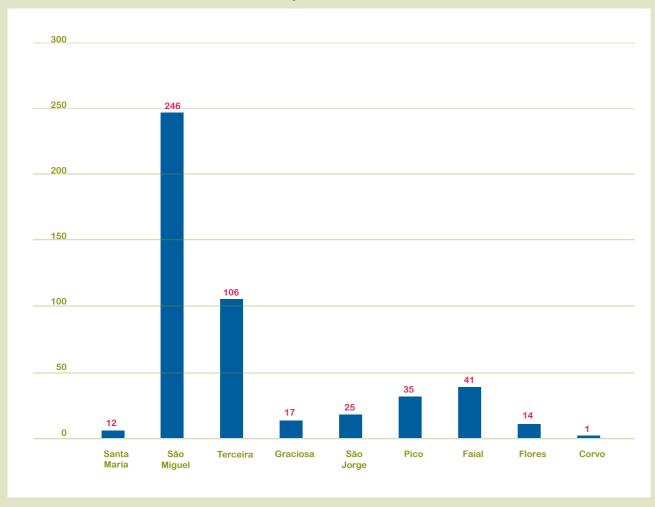
SIDER

O SIDER – Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores constitui o quadro legal de referência dos incentivos financeiros dirigidos ao sector empresarial açoriano, para o período de 2007-2013, cuja finalidade é conferir à economia regional os adequados índices de competitividade, indutores de um crescimento económico sustentável.

O SIDER tem como objectivo promover o desenvolvimento sustentável da economia regional, através de um conjunto de medidas que visam o reforço da produtividade e competitividade das empresas.

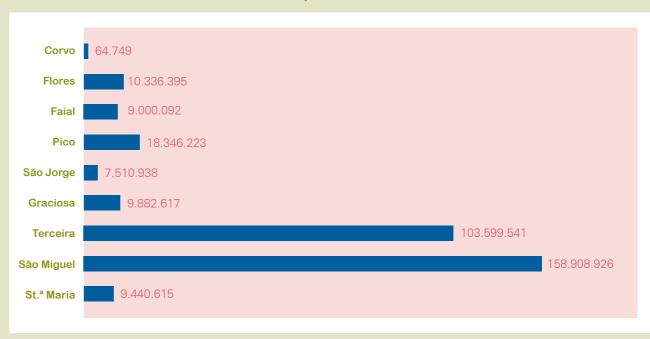
Este sistema é constituído pelos Subsistemas de Apoio ao Desenvolvimento Local (DLA – Mercado Local, DLB – Promoção da Segurança e Qualidade Alimentar), Desenvolvimento do Turismo (DTA – Investimento em Capital Fixo, DTB – Promoção da Segurança e Qualidade Alimentar), Desenvolvimento Estratégico (DEE) e Desenvolvimento da Qualidade e Inovação (DQA – projectos até €100 mil, DQB – projectos superiores a €100 mil).

Número de candidaturas por ilha



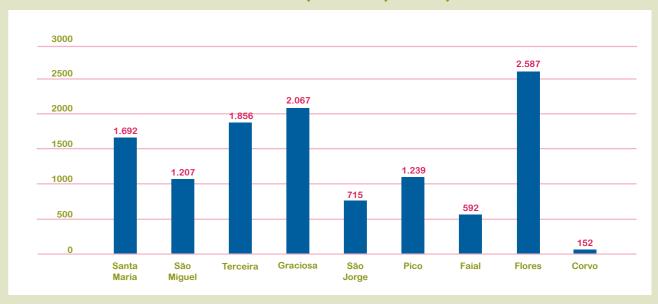
A ilha de São Miguel acolheu até esta data 246 das 497 candidaturas ao SIDER. No outro extremo da tabela encontra-se a ilha de Corvo, com apenas uma candidatura submetida a este sistema de incentivos

Investimento candidatado por ilha



Reflexo dos números anteriores, a maior ilha do arquipélago concentra 49,5% dos mais de 327 milhões de euros candidatados.

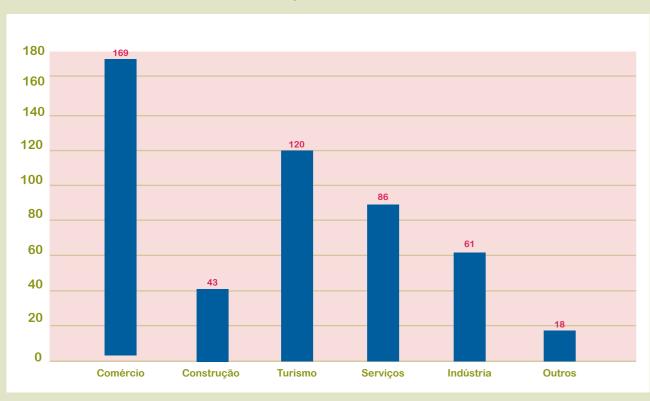
Investimento candidatado por ilha per capita



Contudo, é na ilha das Flores que o investimento tem maior impacto sobre cada um dos seus habitantes, seguida de perto pela Graciosa.

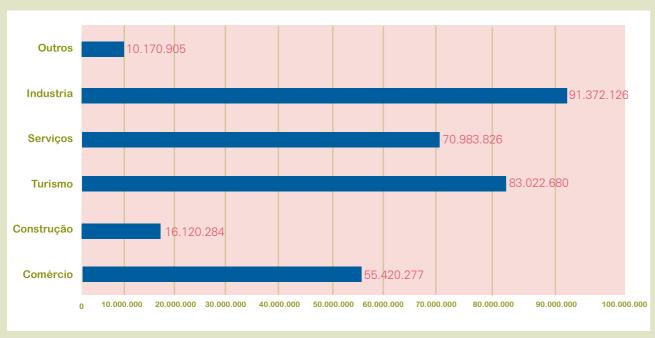
•

Número de candidaturas por sector



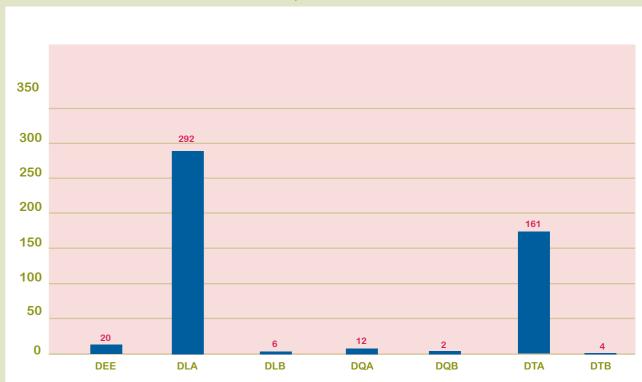
O sector de comércio continua a ser responsável pelo maior número de candidaturas seguido pelo turismo.

Investimento candidatado por sector



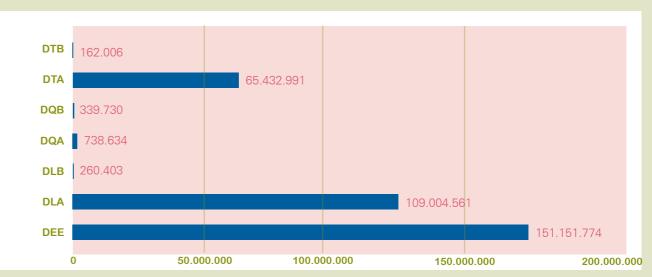
Desta feita, o número de candidaturas não se reflecte no investimento candidatado, já que a indústria lidera com 27,9% do investimento candidatado, seguida pelo turismo, com 25,4% e pelos serviços, com 21,7%.

Número de candidaturas por subsistema



No que concerne ao desempenho de cada uma das medidas de apoio, nas várias tipologias aceites, as candidaturas DLA destacam-se claramente das restantescategorias, sendo seguidas pelos investimentos em capital fixo do sector do turismo.

Investimento candidatado por subsistema



A relação anterior mantém-se quando analisamos o investimento candidatado a cada medida de apoio, contudo, ambas as tipologias são ultrapassadas pelos projectos candidatados ao Desenvolvimento Estratégico, que , pela sua natureza, apresentamvalores de investimento muito superiores aos restantes.

|







Governo dos Açores

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA

DIRECÇÃO REGIONAL DE APOIO AO INVESTIMENTO E À COMPETITIVIDADE